

Caminhos para o corte de emissões

Categories : [Copenhague](#)

A pasta ambiental do governo apresentou hoje suas estimativas para emissões de gases-estufa pela agropecuária, atualizou números da indústria e detalhou como espera que o Brasil corte 40% de suas emissões até 2020 mantendo um crescimento econômico de 4% ao ano, com exploração de pré-sal e usinas hidrelétricas na Amazônia.

No balanço do Ministério do Meio Ambiente, chegar ao fim da próxima década com níveis de emissões semelhantes aos registrados em meados dos anos 1990 depende de uma série de medidas. Basicamente, reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia e em percentuais ainda não definidos a degradação de outros biomas, como o Cerrado, ampliar associação de lavouras e pecuária, estimular uso do plantio direto, de biocombustíveis e reduzir o passivo ambiental da siderurgia.

Conforme ensaios da Embrapa, ampliar em 10% a área com lavoura-pecuária, recuperar 10% das pastagens degradadas e em 12 milhões de hectares a área cultivada com plantio direto permitirá um corte de 187 milhões de toneladas de CO₂. Isso representa 7% do montante de 40% a menos em emissões até 2020. Outros 20% viriam da contenção do desmatamento na Amazônia, 3% dos cortes que serão realizados em São Paulo com a aprovação da legislação climática estadual e o restante com freio no desmatamento em outros biomas.

O ministério também anunciou um acordo para este ano com a siderurgia. A idéia é de que esta plante árvores suficientes para abastecer suas necessidades de carvão vegetal. Conforme a pasta, metade do consumo do setor é irregular. Mesmo com plantio em 2009, seguirá o consumo de carvão ilegal por pelo menos sete anos, tempo médio para o crescimento de um eucalipto.

As estimativas do Ministério do Meio Ambiente seguem o modelo usado para o primeiro inventário nacional e foram baseadas em números oficiais da agropecuária, indústria e geração de energia. Observaram Dióxido de Carbono (CO₂), Metano (CH₄) e Óxido Nitroso (N₂O), que somam 95% das emissões brasileiras de gases-estufa. Os dois últimos poluentes, respectivamente, são 21 vezes e 310 vezes mais prejudiciais à temperatura do planeta do que o primeiro gás.

As estimativas aventadas hoje pelo Ministério do Meio Ambiente serão emparelhadas com o trabalho de outros órgãos de governo e de instituições de pesquisa para compor um novo inventário nacional de emissões, ano que vem. Além disso, o modelo para redução de emissões sugerido por Minc não perturba o modelo desenvolvimentista do governo, baseado em exploração do pré-sal, construção de grandes hidrelétricas na Amazônia e estímulo à compra de veículos com redução de impostos, por exemplo.

O primeiro inventário nacional de emissões veio em 1994, quando foram registradas 1,5

gigatoneladas de Dióxido de Carbono lançadas anualmente pelo país. Em 2005, foram 2,1 gigatoneladas. Se nada for feito para conter o aumento da poluição, o índice pode chegar a 2,7 gigatoneladas em 2020. Quase o dobro do crescimento em 26 anos. Em projeções de maior crescimento econômico e com as mesmas matrizes energética e produtiva atuais, as emissões tendem a aumentar. "Dificilmente a economia registrará crescimento alto por tanto tempo. Mas, se ocorrer, precisaremos de mais esforços para cortar emissões", disse Carlos Minc.

Conforme Minc, as ações para garantir que o Brasil chegue em 2020 com corte de 40% nas emissões são divididas entre todo o governo, dependem de dinheiro e políticas internas e também de recursos internacionais, como um fundo cuja criação vêm defendendo Brasil e setores das Nações Unidas, orçado em 350 bilhões de dólares anuais. Sobre as críticas aos cortes em emissões anunciados pelo país, apontadas como tímidas por setores da sociedade civil e até pela ex-ministra Marina Silva, Minc comentou que essas "metas" têm destaque entre os países em desenvolvimento.

"Nenhum país em desenvolvimento apresentou metas como essas, envolvendo vários setores. China e Índia já disseram que aumentarão suas emissões. Em relação a eles, nossas metas são ousadíssimas", disse.

Poluição atualizada

Os números apresentados também estimam que as emissões brasileiras cresceram 40% desde 1994, passando de 659 milhões de toneladas de CO₂ para 921 milhões de toneladas de CO₂. Agropecuária, energia, indústrias e setor de resíduos seguem com peso semelhante ao registrado há quinze anos. Uma pequena redução foi registrada na conta do desmatamento, cuja responsabilidade nas emissões totais passou de 55% para 51,9%.

Na agropecuária, as emissões oriundas do uso de fertilizantes e do manejo de solos cresceram 39% desde 1994, enquanto as vindas do arroto e do pum da boiada subiram 25%, no mesmo período. Do cultivo de arroz, caíram 37%. No total, a poluição do setor teve um salto de 30%, saindo de 370 mil toneladas para 479 mil toneladas.

A poluição dos setores de resíduos e de energia também cresceram. De esgotos industriais subiram 37%, de esgotos domésticos 23% e ligada à destinação de resíduos sólidos 34%. A solução do problema depende também da aprovação da política nacional de resíduos, dormitando desde 1991 no Congresso. A poluição de termelétricas saltou 85% desde 1994.

Processos industriais como a produção de cimento tiveram suas emissões acrescidas em 59%, da indústria química em 55% e da metalurgia em 40%, também desde 1994.

Mais detalhes [aqui](#) (PowerPoint / 1Gb).

Saiba mais:

[Carlos Nobre: o Brasil pode liderar](#)

[Há 44 dias de Copenhague, o momento da ação](#)

[O mapa dos impactos](#)

[46 dias - Ajuste o seu ânimo à burocracia da ONU](#)